

## **Liberdade de Expressão e Redes Sociais e Direitos Fundamentais: Liberdade de Expressão, Cancelamento e os Limites do Marco Civil da Internet**

### **Autor(res)**

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Isabela Cristine Ângelo De Araújo  
Kauany Moreira Jardim

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

### **Introdução**

Nas últimas décadas, as redes sociais transformaram profundamente a forma como os indivíduos interagem, compartilham informações e exercem seus direitos. No entanto, esse novo ambiente virtual também gerou conflitos e desafios à efetivação dos direitos fundamentais, especialmente no que se refere à liberdade de expressão, à privacidade e à dignidade da pessoa humana. Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os efeitos das redes sociais nesses direitos, com ênfase no confronto entre liberdade de expressão e discurso de ódio, no fenômeno do cancelamento digital e nos desafios enfrentados pelo Marco Civil da Internet diante das novas dinâmicas digitais.

### **Objetivo**

Analisar os impactos das redes sociais sobre os direitos fundamentais, focando nos conflitos entre liberdade de expressão, discurso de ódio, cancelamento digital e os limites do Marco Civil da Internet.

### **Material e Métodos**

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise qualitativa de casos emblemáticos envolvendo o uso de redes sociais e direitos fundamentais. Foram utilizados autores como Castells, Sarlet, Sibília e Doneda, além de jurisprudência relevante e notícias atuais, como o caso Jéssica Canedo (2023), que ilustra os riscos das fake news e do cyberbullying. A metodologia envolveu o levantamento e estudo crítico de obras jurídicas, sociológicas e comunicacionais para compreender os embates contemporâneos do ambiente digital com o ordenamento jurídico brasileiro.

### **Resultados e Discussão**

A análise revelou que o exercício da liberdade de expressão nas redes sociais frequentemente entra em conflito com outros direitos fundamentais, como a dignidade e a privacidade. O fenômeno do cancelamento digital mostrou como julgamentos virtuais podem violar direitos à honra e à imagem, sendo agravado pela permanência de conteúdos ofensivos. O direito ao esquecimento surge como contraponto,

# V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



ainda que controverso na jurisprudência. O Marco Civil da Internet, embora pioneiro, enfrenta desafios diante de fake news, deepfakes e algoritmos de engajamento. Casos recentes, como o de Jéssica Canedo, reforçam a urgência de atualização da legislação e de ações coordenadas entre Estado, sociedade e plataformas digitais.

## Conclusão

A proteção dos direitos fundamentais nas redes sociais exige equilíbrio entre liberdade de expressão e responsabilidade. O combate ao discurso de ódio, ao cancelamento digital e à desinformação depende da atualização das leis e da atuação conjunta de Estado, plataformas e sociedade, garantindo um ambiente digital mais justo e seguro.

## Referências

- CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet. Zahar, 2003.
- CALLEGARI, André. A nova responsabilidade das plataformas digitais. RT, 2022.
- DONEDA, Danilo. Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 8, 2016.
- G1. Caso Jéssica Canedo, 29 dez. 2023. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2023/12/29/jovem-morta-em-mg-foi-alvo-de-fake-news.ghtml>
- SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana, 14. ed., 2020.
- SIBILIA, Paula. O show do eu. Nova Fronteira, 2008.